

---

# DOSSIÊ

---

Educação da Infância no Brasil

# APRESENTAÇÃO

## A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA: UM CONVITE A REFLEXÃO

A escola era na Rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia - uma segunda-feira, do mês de maio - deixei-me estar alguns instantes na Rua da Princesa a ver onde iria brincar a manhã. Hesitava entre o morro de S. Diogo e o Campo de Sant'Ana [...]. Morro ou campo? Tal era o problema. De repente disse comigo que o melhor era a escola. E guiei para a escola.

[...]

Subi a escada com cautela, para não ser ouvido do mestre, e cheguei a tempo; ele entrou na sala três ou quatro minutos depois. Entrou com o andar manso do costume, em chinelas de cordovão, com a jaqueta de brim lavada e desbotada, calça branca e tesa e grande colarinho caído. Chamava-se Policarpo e tinha perto de cinquenta anos ou mais. Uma vez sentado, extraiu da jaqueta a boceta de rapé e o lenço vermelho, pô-los na gaveta; depois relanceou os olhos pela sala. Os meninos, que se conservaram de pé durante a entrada dele, tornaram a sentar-se. Tudo estava em ordem; começaram os trabalhos.

[...]

Com franqueza, estava arrependido de ter vindo. Agora que ficava preso, ardia por andar lá fora, e recapitulava o campo e o morro, pensava nos outros meninos vadios[...]. Para cúmulo de desespero, vi através das vidraças da escola, no claro azul do céu, por cima do morro do Livramento, um papagaio de papel, alto e largo, preso de uma corda imensa, que bojava no ar, uma coisa soberba. E eu na escola, sentado, pernas unidas, com o livro de leitura e a gramática nos joelhos.

*Conto de Escola – Machado de Assis*

O Conto literário citado apresenta o relato da Escola do Mestre Policarpo e o ambiente austero, formal e de coerção que, embora questionado, era muito rotineiro nas escolas no século XIX. Em contraposição observamos o antagonismo que o autor estabelece entre a escola e outros locais, tais como o campo, a rua e o morro, deixando explícita sua inquietude por ali estar e nos convidando a refletir sobre a infância como experiência individual e coletiva, construída nos espaços sociais, neste caso, a escola.

Ao iniciarmos o texto introdutório com este conto, temos em mente instigar o leitor para a proposta deste dossiê, que é pensar sobre as diferentes formas de educação da infância ao longo da nossa história, levando em consideração que a escola foi, por diversas vezes, a protagonista. Dessa maneira, podemos questionar sobre a condição de ser criança e de infância, sobre a educação oferecida a esses sujeitos e como isso aconteceu no decorrer dos anos.

De acordo com Colin Heywood (2004), desde o século XVI buscavam analisar a infância considerando-a como momento privilegiado de realização das aprendizagens sociais. Um exemplo foram os tratados pedagógicos e os manuais de civildade (Comenius, Locke, Rousseau), que tinham como propósito definir e segmentar as diferentes etapas da formação humana, produzindo assim, uma periodização que nortearia o processo de intervenção do adulto.

Em linhas gerais, Comenius estabelece diferença entre quatro períodos da existência, quais sejam: Infância (0 a 6 anos), puerícia (6 aos 12 anos), adolescência (12 aos 18 anos) e juventude (18 aos 24 anos). John Locke afirma a importância da educação da infância, voltando-se para a apresentação dos mecanismos de formação e instrução da criança, condição para a criação de um futuro cavalheiro. Já Rousseau, organiza sua obra, o Emílio, na descrição das diferentes etapas cronológicas, dentre elas, a infância (até 7 anos) e a idade pueril (dos 7 aos 12 anos).

Porém, foram os historiadores que mais contribuíram para o reconhecimento da construção social da infância, a exemplo do trabalho de Philippe Ariès, na década de 1970. Segundo ele, as idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais.

A tese defendida por esse autor era que durante o período medieval, pelo menos até o século XII, a arte não retratou a criança, demonstrando com isso que, naquele tempo, não havia consciência da existência da infância como uma fase separada da existência humana, com características especiais. A concepção que predominava era a de um adulto em miniatura. Apenas a partir do século XV observa-se uma nova concepção de infância, um distanciamento entre o mundo adulto e o universo infantil.

Essa mudança aconteceu definitivamente quando o catolicismo passou a incluir a criança numa perspectiva espiritual, exaltando a dimensão mística da criança e exaltando a devoção ao menino Jesus. Bem como, por causa das mudanças na estrutura familiar, onde mães e amas passaram a tratar as crianças como fonte de distração, devido a sua doçura, e também quando advogados, padres e moralistas reconheceram a sua inocência e fragilidade.

Em função desses dois grupos citados, Ariès identifica dois sentimentos de infância. O primeiro, a papparicação, oriundo do meio familiar e o segundo, a exasperação, surgido entre os moralistas e educadores do século XVII, que não admitiam o mimo reservado às crianças e se voltavam a elas com interesses psicológicos e moral.

Philippe Ariès reconhece que toda a educação se inspirou nesse segundo sentimento (a exasperação) até o século XX. Nesse contexto, a criança deixou de ser vista como “um brinquedo encantador” e veio a ser percebida como um ser que precisava ser preservado e disciplinado. E foi essa a função que a escola moderna assumiu.

O século XIX apresenta a Revolução Industrial e em seu bojo o problema da exploração da mão de obra infantil. Nesse período também verificam-se avanços na legislação educacional que prevê maior matrícula de alunos, melhora da oferta de políticas de saúde pública e uma preocupação com o ambiente escolar.

Entre 1824<sup>1</sup> e 1834, ano da promulgação do Ato Adicional, houve em 1827 uma Lei Geral<sup>2</sup> normatizadora das escolas de primeiras letras para todo o Império. Porém a partir de 12 de Agosto de 1834 em diante tem-se a descentralização da administração da instrução pública e cada província passou a produzir suas regulamentações locais. Entretanto com exceção dos cursos superiores que seriam criados por lei geral e mantidos com recursos da fazenda nacional.

Art. 10. Compete às mesmas Assembleias legislar: § 2º Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios e promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, os cursos Jurídicos e Academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral. (IMPÉRIO, 1834)

Implantava-se a descentralização do ensino com grave repercussão em seu desenvolvimento, que iria variar de província a província, segundo as condições financeiras de cada uma delas.

No Brasil na década de 1850, os problemas educacionais receberam as atenções dos poderes públicos. Em 1854, seria feita a Reforma da Educação do Município Neutro, com reflexo em todo o país. Destacando-se a ação de Luís Pedreira de Couto Ferraz, que foi responsável pela reforma estruturada no Decreto nº 1.331<sup>a</sup>, de 17 de janeiro de 1854, com o nome de Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte.

De acordo com Thetis Nunes (1984), o ponto mais revolucionário dessa Reforma era o estabelecimento da supervisão para as escolas públicas e particulares, para a qual seria montada uma estrutura administrativa intitulada Inspetoria Geral, ligada ao Ministério

1. Ano em que foi outorgada a primeira Constituição Brasileira, que garantia no Art. 179 §32. que, “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos brasileiros”. (IMPÉRIO, 1824)

2. Para cumprir o Art. 179 da Constituição de 1824, foi promulgada a Lei de 15 de outubro de 1827, estabelecendo que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”.

do Império. Cabendo-lhe fiscalizar e orientar o ensino público e particular de níveis primário e secundário da Corte, sendo fixadas normas para o exercício dessas escolas. “Assim, pela primeira vez, o liberalismo firma-se na Carta de 1824, que permitia a qualquer pessoa abrir aulas de Primeiras Letras sem exigência de licença ou exame, e funcionando sem qualquer fiscalização, sofria intromissão legal”. (NUNES, 1984, p. 95)

Nas últimas décadas dos Oitocentos médicos e juristas incidem suas preocupações sob a população infantil, tomando o higienismo como forma de intervir no cuidado e proteção da criança. Tornando a escola o local privilegiado dessa intervenção. Assim, médicos bacharéis, professores e a família estariam unidos em um único ideal: promover uma infância saudável e escolarizada.

De acordo com Moysés Kuhlmann Jr. (1998) o ideal de civilização e o apelo a modernização com a proclamação da República forçou a criação de instituições assistenciais e educativas para as crianças. Na constituição das instituições pré-escolares destinadas à infância pobre, o assistencialismo foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social. Segundo ele, “a pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos selecionados para receber”. (Kuhlmann Jr. 1998, p. 182).

Dessa maneira, é preciso pensar a infância como uma condição da criança e considerá-las concretas, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras de história, portanto, sujeito histórico. E para refletir sobre essas e outras questões do campo educacional é que propomos esse diálogo com vários autores de diferentes universidades brasileiras.

Portanto, este dossiê objetiva discutir a questão da educação da criança sob diferentes perspectivas, tais como a formação na escola regular, nas instituições asilares e assistenciais, sob a ótica da igreja católica, atra-

vés da literatura, etc. Para tanto organizamos os artigos em ordem cronológica, porém agrupados por temáticas, com o propósito de aguçar o interesse do leitor.

Inicialmente, no artigo intitulado “Doutrina aos meninos da aldeia: práticas de ensino jesuítico na América Portuguesa”, Ane Luíse Silva Mecnas Santos, propõe analisar, a partir das cartas, produzidas pelos jesuítas na Capitania de Sergipe, as práticas de conversão e os métodos de ensino apresentados para educação indígena. Segundo a autora, a ação catequética jesuítica nas terras situadas ao norte da capitania da Bahia resultou na produção de textos a respeito da língua e dos costumes dos povos que viviam às margens norte do Rio Real. Busca também, apontar alguns sinais da catequese e do método utilizado pelos jesuítas a partir da relevância de tais registros para a História da Educação no período colonial.

Sobre a educação no Império, as autoras Raquel Menezes Pacheco e Mônica Yumi Jinzenji apresentam a discussão sobre o processo de escolarização dos alunos pobres em Minas Gerais. Elas buscam compreender, a construção sócio-histórica da designação “aluno pobre” pelos discursos em defesa da instrução pública que se relacionavam a práticas para viabilizar a frequência desses alunos às aulas públicas de primeiras letras. Utilizaram como fontes, jornais da época, correspondências recebidas pela presidência da província, ofícios sobre a instrução pública e a legislação produzida. A partir da análise dessa documentação, foi possível compreender o processo de atribuição de responsabilidades ao governo para a viabilização da frequência dos alunos pobres às escolas de primeiras letras na província de Minas Gerais. E perceber também a construção de representações, por meio de leis, requerimentos, ofícios, de sujeitos que fariam parte das escolas brasileiras desde então: *os alunos pobres*, que necessitavam do amparo do governo provincial para frequentar as escolas e assim, receber os ensinamentos básicos, princípios e valores, para se tornarem adultos civilizados.

Outro artigo que se aproxima do anterior por tratar da educação da criança pobre e/ou desvalida é o produzido pela professora Maria Zélia Maia, intitulado “Assistência pública escolar para crianças e jovens desvalidos no Brasil da Primeira República”, que tem por objetivo analisar o Instituto Profissional João Alfredo (IPJA) e a Casa de São José/Instituto Ferreira Vianna. De acordo com suas análises, estas instituições asilares/escolares, mantidas pelo poder público do Distrito Federal na Primeira República, foram exemplos de assistência pela profissionalização à criança e ao jovem pobres. Portanto esse trabalho ocupou-se de demonstrar um modo peculiar de organização de proteção ao referido grupo social, ou seja, por meio de instituições que acumularam as funções de asilo e de educação escolar.

Os artigos da Priscilla Nogueira Bahiense e do Magno Francisco de Jesus Santos trazem para a discussão a temática dos Grupos Escolares. No primeiro, a autora apresenta como problema de pesquisa as Caixas Escolares, que tinham como finalidade aumentar o movimento nos grupos escolares e escolas isoladas mineiras e se tornaram um dos dispositivos de legitimação dos Grupos no início do século XX. Seu objetivo é apresentar a organização das caixas escolares presentes nos grupos escolares de Belo Horizonte, entre os anos de 1911 e 1918. São utilizadas como fontes: a legislação pertinente, os relatórios das diretoras dos grupos escolares da capital, mensagens dos Presidentes do Estado, correspondências entre a Secretaria do Interior e os grupos escolares, os balancetes e pareceres das caixas escolares, o jornal “*Minas Geraes*” e mapas de matrícula. Para a compreensão das formas diversas de organização das caixas escolares, ela analisou as proposições das mesmas de acordo com cada grupo e os recursos investidos na efetivação do aumento da frequência nesses estabelecimentos de ensino, tanto pelos alunos “pobres” como pelos alunos assíduos. Dessa maneira a autora conclui que as Caixas escolares contribuíram para o aumento da visibilidade dos grupos escolares em seu processo de legitimação.

O segundo artigo, sob o título “Aos pés da águia alada: os Grupos Escolares e a infância Sergipana nos tempos de Graccho Cardoso”, tem como objetivo compreender o discurso dos grupos escolares criados em Sergipe no governo Graccho Cardoso (1922-1926), bem como os discursos acerca da formação da infância sergipana. Para tanto, Magno Francisco Santos realizou uma análise acerca do processo de implantação desse modelo de instituição, por meio de documentos escritos e iconográficos e dos aspectos que intervieram nesse processo. E conclui que esses monumentos tentaram forjar uma identidade republicana respaldada pelo processo civilizatório.

O artigo “A contribuição do oratório festivo São João Bosco na formação de meninas civilizadas” de Nadja Santos Bonifácio apresenta resultados sobre a formação de meninas pobres e órfãs que viveram/estudaram no Oratório Festivo “São João Bosco”. Além de investigar a cultura escolar por meio das práticas educativas promovidas e desenvolvidas pela instituição em diversos momentos do dia. Para tanto se utiliza de documentos orais e escritos, além do aporte teórico-metodológico da História Cultural.

Evelyn de Almeida Orlando, no artigo “A educação dos filhos: pequenas porções de pedagogia para os pais pelo Monsenhor Álvaro Negromonte” apresenta o discurso da Igreja direcionado às famílias sobre a educação dos filhos nos anos de 1950, a partir da voz de um dos seus representantes, o Monsenhor Álvaro Negromonte. A autora analisa o manual *A Educação dos Filhos*, que faz parte de uma trilogia endereçada às famílias e se constitui na principal fonte deste trabalho. Corresponde ao segundo livro da trilogia e se constitui como uma espécie de Tratado Pedagógico cujo objetivo era orientar os pais na tarefa de educar os seus filhos. Com este trabalho a autora analisa um conjunto de saberes e práticas orientados pela Igreja Católica no sentido de formar as famílias a partir de impressos produzidos com finalidade pedagógica específica voltada para a educação dos filhos.

Tomando como fio condutor a questão dos impressos, da criança e da Literatura, Solyane Silveira Lima e Anne Emilie Souza Cabral discutem em seu artigo, “A educação da infância retratada através da Literatura”, a educação da criança vivenciada no final do século XIX, presente em duas obras autobiográficas, *Minha vida de menina* escrita por Helena Morley e *História da minha infância*, de Gilberto Amado. O objetivo principal é discutir o uso da literatura como fonte para os estudos históricos. As autoras se propõem a analisar as obras literárias com o intuito de demonstrar como é possível operacionalizar por meio da Literatura as questões referentes à educação da infância.

O artigo “Circulação de saberes: cultura científica e educação da sensibilidade nas enciclopédias infanto-juvenis *Thesouro da Juventude* e *El Tesoro de la Juventud*, no início do século XX”, de autoria de María Clara Ruíz, apresenta como proposta indagar acerca das enciclopédias *Thesouro da Juventude* e *El Tesoro de la Juventud* – datadas da década de 1920, e traduções adaptadas da enciclopédia norte-americana *The Book of Knowledge* – como dispositivos de difusão da cultura científica e, conjuntamente, de educação dos sentidos e da sensibilidade. De acordo com a autora, a ideia subjacente que se encontra nas obras é a de que ler o *Thesouro* significava estar sintonizado com o mundo moderno e, através da educação e da imersão na cultura científica, integrar-se a ele. Ela observa que os conteúdos denotam como a ciência contribuiu diretamente com o desenvolvimento da civilização, do progresso material e do desejo de superação. Assim, o aprendizado do conhecimento científico estava imbricado com o projeto cultural de

difusão de valores e modos de vida das nações modernas, ou seja, certos valores e gostos são apresentados como universais, tais como, o espírito de curiosidade, de descoberta, o chamado às experiências; como também o apreço das ‘obras mestras’ das belas artes, música e literatura.

Por fim e ainda versando sobre a mesma temática, embora com uma discussão mais atual, o trabalho da Professora Cláudia Laís Costa Campos aborda como objeto de investigação a Biblioteca Infantil Aglaé Fontes de Alencar e sua importância no processo de letramento e na formação do leitor. Para tanto, a autora apresenta a relevância da biblioteca infantil, bem como a forma como ela é organizada, as atividades que oferece, e a sua influência no processo de leitura e escrita de um leitor letrado, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e de campo para compor o artigo.

Conforme o exposto, podemos inferir que apesar da multiplicidade de olhares sob um mesmo objeto, foi possível travar um diálogo profícuo sobre a infância e sua educação, em diferentes épocas e localidades. Trazendo a tona não apenas as questões já postas por Machado de Assis em seu “Conto de Escola”, mas também, outras que vão surgindo durante nossas pesquisas e em encontros como este.

Ao nosso leitor, fica aqui o convite para refletir sobre o tema e contribuir com esse diálogo. Ótima Leitura!

Organizadora  
**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Solyane Silveira Lima - UNIT**